

Relatório de Gestão

OUTUBRO 2022 A DEZEMBRO 2023



Escola Nacional de Formação
e Aperfeiçoamento de
Magistrados do Trabalho

,

RELATÓRIO PARCIAL (GESTÃO 2022-2024)

Diretor: Ministro Mauricio Godinho Delgado

Vice-Diretor: Ministro Augusto César Leite de Carvalho

Conselho Consultivo:

Ministro José Roberto Freire Pimenta

Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva

Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco

Juíza Maria Beatriz Viera da Silva Gubert

Juiz Auxiliar da Direção: Juiz Bruno Alves Rodrigues

Coordenadores:

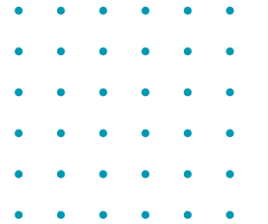
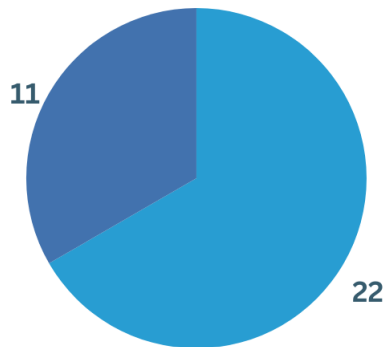
Adriene Domingues Costa (Coordenadora de Pesquisa)

Cristiane Rosa Pitombo (Coordenadora de Formação)

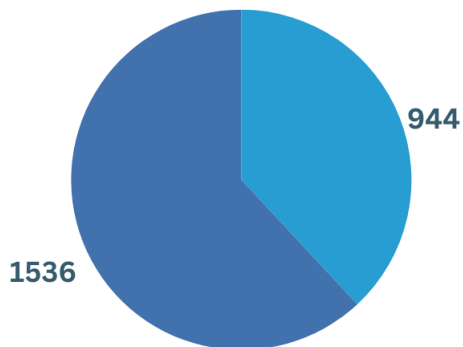
Moisés Nepomuceno Carvalho (Coordenador Administrativo)

GRÁFICOS DA GESTÃO:

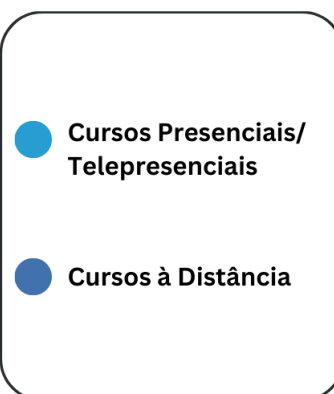
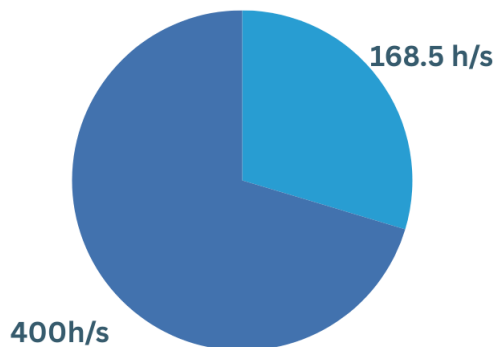
CURSOS REALIZADOS



CERTIFICADOS EMITIDOS



CARGA HORARIA



RELATÓRIO:

A Diretoria e o Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, empossadas em 17 de outubro de 2022, apresentam relatório referente ao primeiro exercício da gestão 2022-2024. Dentre as principais ações materializadas neste interstício, destacam-se:

I – MEDIDAS ADMINISTRATIVAS.

1.1 – A edição de ato instituidor do novo Comitê de Pesquisa Científica, com observância à paridade de gênero (órgão composto por seis homens e seis mulheres, além do juiz auxiliar da Direção, que atua como secretário do órgão), bem como observância à pluralidade e à diversidade, seja no que se refere à raça, seja no que diz respeito à origem, com a representação de diversas regiões do Brasil.

1.2 – A alteração da Resolução 28/2022, para instituir a Comissão de Estudos Relativos a Questões de Gênero, além da Comissão de Estudos Relativos à Questão de Raça, no Direito Internacional, no Direito Brasileiro, na Sociedade e na Magistratura. Também houve a edição dos atos instituidores dos colegiados, ambos compostos majoritariamente por mulheres, com respeito à diversidade de raça e de origem, além da representatividade de diversas regiões do Brasil.

1.3 – A dinamização dos colegiados da Escola Nacional, promovendo-se, até dezembro de 2023, a realização de vinte e cinco reuniões de trabalho, sendo sete reuniões do Conselho Consultivo, cinco reuniões do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT, que congrega as 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho – EJUDs, além da ENAMAT), cinco reuniões do Comitê Científico de Pesquisa, além de quatro reuniões de cada uma das comissões de estudos (questões de gênero e questões de raça).

1.4 – A reestruturação administrativa da ENAMAT, da qual decorreu não apenas a valorização das Coordenações de Formação e Pesquisa (majoradas, respectivamente, de CJ1 para CJ2, e de FC6, para CJ1), mas também redistribuição de atribuições e tarefas vinculadas às funções comissionadas das três Coordenadorias (Formação, Pesquisa e Administrativa), inclusive com a atualização do Ato que fixa as competências das unidades da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT (atualização do Ato ENAMAT n. 18/2017, pelo Ato ENAMAT n. 78/2023).

1.5 – A edição da Nota Técnica n. 1, de 4 de novembro de 2022, que estabelece diretriz de ação voltada ao cumprimento do Código de Ética da Magistratura, da Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n. 170/2013, bem como do Estatuto da ENAMAT, no que se refere à representação institucional de Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho em eventos públicos ou privados que tratem da política de formação de magistrados.

1.6 – A realização de diagnóstico acerca dos sistemas informatizados disponíveis para formação profissional de magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho, através do trabalho realizado por Grupo de Trabalho – GT instituído através da Portaria Conjunta TST.CSJT.ENAMAT.CEFAST nº 01, de 05 de dezembro de 2022. O GT coordenado pela ENAMAT realizou cinco reuniões e prototipagens, concluindo o relatório final em abril de 2023. O relatório aponta diversas soluções, tanto no que diz respeito à gestão administrativa, quanto no que diz respeito à gestão pedagógica para a rede de formação da Justiça do Trabalho (integrada pela ENAMAT, 24 EJUDs, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do Tribunal Superior do Trabalho – CEFAST e Centro de Educação Corporativa da Justiça do Trabalho – CEDUC). Os principais encaminhamentos do GT estão voltados a melhorias nas ferramentas SISEJUD e Moodle, inclusive com a proposta de nacionalização de tais soluções, de forma a otimizar a disponibilização e o compartilhamento de cursos dentre as Escolas e Centros de Formação, evitando-se redundâncias e otimizando emprego de

recursos humanos e orçamentários, além de potencializar a interatividade entre as Escolas e os seus usuários, com esmero mapeamento de demandas formativas e facilitação de acesso à informação e ao gerenciamento dos cursos. Também se promoveu a ideação de modelos de automação de rotinas administrativas repetitivas, de gestão sistematizada do conhecimento, de otimização da comunicação, e de compliance digital, aqui se notabilizando a proposta de criação de painéis *Business Intelligence* – *BI* que trarão transparência quanto às práticas administrativas em perspectiva de gênero e raça, estimulando-se a equidade de tratamento e o respeito à diversidade na estruturação dos eventos formativos. O relatório do GT tem orientado o desenvolvimento das atualizações do SISEJUD, que em sua versão 2.5.1 já passou a disponibilizar um “Banco de Formadores”, em conformidade com a regra de autodesignação prevista no art. 1º, IV, da Lei no 12.288/2010, com marcadores aptos a viabilizar a busca de docentes a partir de indexadores pertinentes à origem, raça, gênero e pessoas com deficiência, ao qual se vinculará, a médio prazo, a estruturação de painéis *BI*, aptos a emprestarem transparência quanto à observância dos critérios da diversidade e paridade na estruturação do corpo docentes das atividades formativas. Há que se destacar, ainda, que a concertação de esforços entre Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, ENAMAT e EJUDs fez com que a adesão ao SISEJUD fosse ampliada de 11 para 19 EJUDs, no curso do ano de 2023. Enfim, ainda acerca dos sistemas informatizados, encontra-se em fase de implantação, na ENAMAT, a ferramenta JIRA, para controle de fluxo de demanda, monitoramento de tarefas e acompanhamento de projetos, de forma a garantir gerenciamento centralizado e informatizado de todas as rotinas internas da Escola Nacional.

1.7 – A regulamentação do “Banco Nacional de Formadores” indexado por:
a) marcadores de gênero, étnico-racial e pela condição de pessoa com deficiência; b) titulação acadêmica; c) habilitação realizada em cursos de formação de formadores; d) vínculos temporários ou permanentes como docentes em Tribunais, Conselhos do Poder Judiciário ou Escolas da Magistratura (Resolução ENAMAT 34, de 01 de setembro de 2023).

1.8 – A ampla revisão e atualização das tabelas de competências da ENAMAT, que se encontram dispostas nos Anexos da Resolução ENAMAT 28/2022, e que orientam a formação inicial e continuada das magistradas e dos magistrados do trabalho dentro dos quatro eixos estatutariamente definidos (art. 24 da Resolução Administrativa n. 1158, de 14 de setembro de 2006, a saber: Eticidade, Alteridade, Resolução de Conflitos, Direito e Sociedade).

1.9 – A institucionalização do programa de extensão da ENAMAT, para promoção de projetos junto à sociedade, através de processo interdisciplinar educativo, cultural e científico, apto a promover a interação transformadora entre a magistratura trabalhista e os diversos setores da sociedade (Resolução ENAMAT n. 33, de 01 de setembro de 2023).

1.10 – A regulamentação dos efeitos dos afastamentos de magistrados para as regras de frequência em cursos de formação inicial e continuada, atualizando os normativos internos, em conformidade com as decisões do CNJ e do CSJT pertinentes à fruição de férias, de licença-maternidade, de licença-adoção e de licença-paternidade (Resolução ENAMAT n. 34, de 1 de setembro de 2023).

1.11 – As deliberações referentes às descentralizações de recursos orçamentários para atender solicitações formuladas por diversas Escolas Judiciais vinculadas aos TRTs, com a análise de 12 processos administrativos, que resultaram na remessa de R\$ 519.862,80 (quinhentos e dezenove mil oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) para subsidiar ações formativas de 10 EJUDs, no ano de 2023.

II – COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL.

2.1 – O estabelecimento de diálogo institucional com o Supremo Tribunal Federal – STF, do qual decorreu a realização, junto à Presidência do TST e do CSJT, do “Seminário Internacional sobre Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a efetividade

da Justiça Social”, evento que teve curso nos dias 2 e 3 de março de 2023, na sede do STF.

2.2 – O estabelecimento de “mecanismos de cooperação entre a Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho”, através da edição do Ato Conjunto n. 1/TST.CSJT.ENAMAT, de 7 de dezembro de 2022. Dentre as ações que materializaram tal cooperação, há que se destacar a correalização do 1º Congresso de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2023, com a capacitação dos magistrados que integram as Comissões Regionais de Pesquisas Judiciárias e Ciência de Dados dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como integrantes da Comissão Nacional de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho.

2.3 – A celebração de Acordo de Cooperação com o Ministério Público do Trabalho, para uma atuação coordenada junto à sua Secretaria de Formação, de forma a intensificar as ações formativas promovidas junto ao órgão e a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, com a correalização das seguintes ações formativas:

a) “III Simpósio Nacional e II Internacional Povos Indígenas, Negros/as, Quilombolas e Religiosos/as De Matriz Africana e Afro-indígena: Decolonialidade e Dívidas históricas do Estado Brasileiro no marco dos 200 anos da Independência”, junto à “Capacitação Nacional: Resoluções n. 230/2021 CNMP e n. 454/2022 CNJ: Atuação do Ministério Público e do Judiciário junto aos povos originários e comunidades tradicionais”, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2022;

b) “Seminário Trabalho Digno em Frigoríficos, Comemoração de 10 anos da Norma Regulamentadora 36”, realizado nos dias 19 e 20 de abril de 2023;

c) Webinário “Aprendizagem profissional: aspectos práticos e desafios”, realizado no dia 24 de agosto, no curso da Semana Nacional de Aprendizagem 2023;

d) Webinar “Exploração sexual, tráfico de pessoas e trabalho análogo ao de escravo: pontos de conexão e fluxo de atuação”, realizado entre os dias 13 e 14 de novembro de 2023;

e) O “Congresso de Direito Coletivo do Trabalho: as contribuições assistenciais e o adequado financiamento sindical”, programado para dos dias 6 e 7 de dezembro de 2023, evento para o qual a ENAMAT viabilizou a participação presencial de até 2 Desembargadores integrantes de Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SDC, por Tribunal Regional do Trabalho.

2.4 – Efetivação do convênio entre CNJ e ENAMAT, com apoio ou correalização das seguintes ações:

a) a realização de dois cursos de formação de formadores, em parcerias que envolveram ENAMAT, CNJ e OIM (ONU), para capacitação dos magistrados integrantes do Fórum Nacional para o Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – FONTET/CNJ, em ações que também congregaram os integrantes do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração das bases do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante. Em 15 de fevereiro de 2023 foi realizado o Curso de Formação de Formadores – CFF, com o tema “Prevenção e Persecução do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo na Justiça do Trabalho”, e entre os dias 31/07/2023 e 01/08/2023 foi realizado o “Seminário Internacional sobre Repressão e Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas”. Para ambas as ações, a ENAMAT viabilizou a participação presencial da representação estadual da Justiça do Trabalho em todos os comitês estaduais do FONTET.

b) a aderência à política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação, instituída pela Resolução CNJ n. 351/2020, com a realização de curso de formação de formadores – CFF sobre a temática, em ação coordenada com a Presidência do TST e do CSJT e o CEFAS, no dia 17 de maio de 2023, capacitando magistrados

integrantes das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e Discriminação – CPEAD dos Tribunais, quanto aos quais a ENAMAT viabilizou a participação presencial.

c) a aderência ao compromisso de realização de ação formativa voltada ao cumprimento da Recomendação CNJ n. 128/2022, bem como da Resolução CNJ n. 492/2023, que tratam da adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário, desenvolvendo-se cursos de formação de formadores – CFF e formação continuada – CFC, com participação das comissões de estudos relativos às questões de gênero e raça.

d) o apoio ao CNJ e à Presidência do TST, para correalizar e certificar a formação de magistrados no evento realizado no dia 7 de dezembro de 2022, com a presença da diretora interina do escritório de monitoramento e combate ao tráfico de pessoas do Departamento de Estado dos Estados Unidos, bem como do Vice-Presidente para as Américas da Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol.

e) o apoio ao CNJ e à Presidência do TST, integrando o rol de entidades promotoras do “Seminário Nacional Simone André Diniz: Justiça, Segurança Pública e Antirracismo”, nos dias 17 e 18 de novembro, com certificação da atividade como Curso de Formação Continuada para magistradas e magistrados. A realização do evento seguiu determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH de que os estados brasileiros organizem seminários com representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Secretarias de Segurança Pública locais para fortalecer o combate à discriminação racial e ao racismo.

f) atuação de representante da ENAMAT nas reuniões de trabalho do Comitê Técnico destinado a promover estudos com vistas à construção de indicadores sobre a equivalência de carga de trabalho (Comitê Técnico instituído pela Portaria CNJ n. 79, de 2023).

2.5 – Desenvolvimento de ação formativa decorrente do convênio entre a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e a ENAMAT, com realização do Curso de Formação Continuada – CFC sobre “Trabalho nas

Plataformas Digitais”, entre 2 de junho a 7 de julho, com projeto didático-pedagógico atrelado ao Projeto “Trabalho, Tecnologia e Impactos Sociais: o advento da Indústria 4.0”, desenvolvido entre o Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses – GPMT, o IFCH/Unicamp, e o Ministério Público do Trabalho – MPT – 15ª Região.

2.6 – A celebração de Acordo de Cooperação entre a ENAMAT e a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, seguida da correalização de duas ações formativas, congregando também a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União – ENAJUM e outras entidades: “I Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público: o caso do Brasil”, realizado na Sede da OEA, em Washington/D.C, entre os dias 23 a 26 de maio de 2023, e o “II Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público”, realizado na cidade de Belém/PA, entre os dias 29 de novembro de 2023 e 01 de dezembro de 2023.

2.7 – A celebração de Acordo de Cooperação entre a ENAMAT e a OIT, seguida da capacitação de magistradas, em regime de formação de formadores, no curso de “normas internacionais do trabalho para magistrados, juristas e docentes de direito.

2.8 - A celebração de Acordo de Cooperação entre a ENAMAT e a Universidade do Minho – UMinho, seguida da correalização de ação formativa em comemoração aos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em evento híbrido sediado em Braga/Portugal, com o título “Exploração Laboral: Quando o Trabalho Viola dos Direitos Humanos”, programado para o dia 05 de dezembro de 2023.

2.9 – A renovação de Acordos de Cooperação entre ENAMAT e o CEFAS, seguida da correalização do curso sobre letramento racial, entre os meses de agosto e novembro de 2023, para o qual a ENAMAT cuidou da participação presencial das magistradas e dos magistrados integrantes das Comissões de Igualdade e Diversidade dos Tribunais Regionais do Trabalho.

2.10 – A realização de ações formativas junto à Presidência do TST e do CSJT e junto às Coordenações dos Programas Institucionais permanentes (Programa Trabalho Seguro; Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; Programa de Equidade, Raça, Gênero e Diversidade; Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante; Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista; Comissão da Acessibilidade, Diversidade e Inclusão; Coordenadoria de Gestão Documental e Memória):

a) Seminário Internacional: “Direitos Humanos Sociais e Relações de Trabalho”, realizado juntamente à Presidência do TST e do CSJT no dia 29 de novembro de 2022.

b) Seminário Internacional “(Re)pensando gênero a partir das convenções da OIT e decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, realizado juntamente à Presidência do TST e do CSJT nos dias 15 e 16 de março de 2023.

c) Conferência Internacional “Democracia e Meio Ambiente do Trabalho”, realizado pela ENAMAT junto à Presidência do TST e do CSJT, bem como junto ao Programa Trabalho Seguro – PTS, no dia 25 de abril de 2023, com lançamento do Volume II da Coleção Estudos ENAMAT, “*Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho: Percursos para a Efetividade do Trabalho Decente*”;

d) Seminário em celebração dos 80 anos da CLT, realizado pela ENAMAT juntamente à Presidência do TST e do CSJT e a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória, nos dias 4 e 5 de maio de 2023.

e) Seminário “Caminhos para a efetividade da Execução Trabalhista” realizado pela ENAMAT, junto à Presidência do TST e do CSJT, e junto à Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista – CNEET, entre os dias 30 e 31 de maio de 2023, com lançamento do Volume III da Coleção Estudos ENAMAT, “*A efetividade da execução trabalhista*”.

f) Seminário Internacional Trabalho Decente, realizado pela ENAMAT junto à Presidência do TST e do CSJT, ao Programa Trabalho Seguro e ao

Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, entre os dias 1 a 2 de agosto de 2023, com lançamento dos Volumes IV e V da Coleção Estudos ENAMAT, “*A Justiça do Trabalho e a erradicação do trabalho forçado, da escravidão de qualquer natureza e do tráfico de pessoas*”, e “*Uma prioridade absoluta: a erradicação do trabalho infantil, o incentivo à aprendizagem e a proteção à convivência familiar da criança e do adolescente na Justiça do Trabalho*”.

g) Seminário Internacional “Trabalho Plataformizado e a Preservação do Humanismo na Sociedade Digital”, realizado pela ENAMAT, junto à Presidência do TST e do CSJT, entre os dias 5 e 6 de setembro de 2023.

h) Seminário “Capacitismo e Interseccionalidade: Experiências Específicas, Desafios Coletivos”, realizado pela ENAMAT, junto à Presidência do TST e do CSJT e à Comissão da Acessibilidade, Diversidade e Inclusão, entre os dias 19 e 20 de setembro de 2023.

i) VI Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário: “Documentos Digitais do Poder Judiciário: gestão arquivística e perspectivas” apoiado pela ENAMAT junto à Presidência do TST e do CSJT e à Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do TST, nos dias 19 e 20 de outubro de 2023.

j) 6º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun) e o 3º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as formas de Discriminação (Fonajurd), realizado pela ENAMAT junto à Presidência do TST e do CSJT, entre os dias 22 a 24 de novembro de 2023, com lançamento do Volume VII da Coleção Estudos ENAMAT, *Interseccionalidade, gênero e raça e a Justiça do Trabalho*.

k) Seminário Internacional “Trabalho Digno e Sustentabilidade Social”, correalizado pela ENAMAT junto à Presidência do TST e do CSJT, e ao PTS, com curso no dia 7 de dezembro de 2023, com lançamento do Volume VIII da Coleção Estudos ENAMAT, “*Trabalho Decente e Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho*”.

2.11 – A cooperação institucional com a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho – CGJT, com tratamento de todas as atas pertinentes às correições realizadas no âmbito das Escolas Judiciais dos TRTs, analisando dados constantes do modelo padrão de questionário (Ofício TST.CGJT Nº 1525), do que decorreu o tratamento das Recomendações direcionadas às Escolas Judiciais que integram o SINFOMAT, inclusive para efeito de estruturação de ações formativas específicas, como as voltadas à capacitação em Precatórios e nas implicações do manejo de redes sociais por magistradas e magistrados.

2.12 – A cooperação institucional com a Vice-Presidência do TST, com acolhimento da nova estruturação curricular aprovada pela Comissão Nacional de Conciliação – CONAPROC, de forma a reformular curso pertinente à parte teórica da formação para atuação em Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT, em conformidade com a Resolução do CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010, bem como com as Resoluções do CSJT n. 174, de 30 de setembro de 2016, e 288, de 19 de março de 2021.

2.13 – A cooperação institucional com o Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho – COLEPRECOR, com a realização da ação formativa “O Instituto da Reclamação Constitucional e a Competência da Justiça do Trabalho”, direcionada aos Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, e que teve curso no dia 25 de outubro de 2023.

2.14 – A celebração de outros importantes acordos de cooperação com a Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho –FUNDACENTRO, com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, com o IDET/Universidade de Coimbra, e com a Universidade de Castilla-La Mancha – UCLM, além da renovação de convênio com a ENM.

III – FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS.

3.1 – Realização de seminários direcionados às Ministras e aos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, com dois encontros realizados nos meses de setembro e outubro de 2023, com a temática “Diálogos sobre a ação rescisória”.

3.2 – A par das ações formativas em modelo híbrido (presenciais e à distância), realizadas em regime de cooperação interinstitucional, constantes do item anterior, a ENAMAT promoveu, ainda, os cursos à distância de formação continuada (CFC) e de formação de formadores (CFF). Todos os cursos ofertados em ambiente virtual de aprendizagem foram atualizados em conformidade com a nova tabela de competências da ENAMAT, **totalizando, até o início de dezembro de 2023, 33 atividades formativas realizadas na Gestão, ofertando em torno de 568 horas de capacitação, com 2480 certificações.**

➤ **Cursos de Formação Continuada em 2023:**

1- DIREITO COLETIVO DO TRABALHO



O Curso de Formação Continuada “Direito Coletivo do Trabalho” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 30 de janeiro a 15 de março, e resultou na emissão de 210 certificados de conclusão.

2- CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE



O Curso de Formação Continuada “Controle de Convencionalidade” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 27 de fevereiro a 12 de abril, e resultou na emissão de 120 certificados de conclusão.

3- SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CONSTITUCIONAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO: CAMINHOS DAS CORTES SUPERIORES PARA A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA SOCIAL



O Seminário Internacional sobre “Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a efetividade da Justiça Social” foi realizado presencialmente e telepresencialmente, nos dias 2 e 3 de março, e resultou na emissão de 167 certificados de conclusão.

4- SEMINÁRIO (RE)PENSANDO GÊNERO A PARTIR DAS CONVENÇÕES DA OIT E DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



O Seminário “(Re)Pensando Gênero a partir das Convenções da OIT e Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos” foi realizado presencialmente e telepresencialmente, nos dias 15 e 16 de março, e resultou na emissão de 65 certificados de conclusão.

5- DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO
APLICADO ÀS RELAÇÕES
DE TRABALHO**

 **enamat**
-VIRTUAL



O Curso de Formação Continuada “Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 27 de março a 10 de maio, e resultou na emissão de 248 certificados de conclusão.

6- SEMINÁRIO TRABALHO DIGNO EM FRIGORÍFICOS – COMEMORAÇÃO DE 10 ANOS DA NORMA REGULAMENTADORA 36 (PARCERIA MPT)



Trabalho digno em frigoríficos

Comemoração de 10 anos da Norma Regulamentadora 36

O Seminário “Trabalho digno em frigoríficos – Comemoração de 10 anos da Norma Regulamentadora 36”, realizado em parceria com o Ministério Público do Trabalho, foi realizado presencialmente, nos dias 19 e 20 de abril, e resultou na emissão de 6 certificados de conclusão.

7- O DIREITO E O PROCESSO DO TRABALHO NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E FALÊNCIAS



O Curso de Formação Continuada “O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 24 de abril a 7 de junho, e resultou na emissão de 129 certificados de conclusão.

8- DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO



O Curso de Formação Continuada “Democracia e Meio Ambiente do Trabalho” foi realizado presencialmente e telepresencialmente, no dia 25 de abril, e resultou na emissão de 50 certificados de conclusão.

9- SEMINÁRIO CLT 80 ANOS: DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL



O Seminário “CLT 80 Anos: Dignidade e Justiça Social” foi realizado presencialmente e telepresencialmente, no dia 4 de maio, e resultou na emissão de 94 certificados de conclusão.

10- IMPACTOS DOS ASSÉDIOS NA SAÚDE MENTAL



O Curso de Formação Continuada sobre “Impactos dos Assédios na Saúde Mental” foi realizado presencialmente, no dia 17 de maio, e resultou na emissão de 21 certificados de conclusão.

11- SEMINÁRIO SOBRE CAMINHOS PARA A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA



O Seminário “Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista” foi realizado na modalidade presencial e telepresencial, nos dias 30 e 31 de maio, e resultou na emissão de 99 certificados de conclusão.

12- O TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS (UNICAMP)



O Curso de Formação Continuada “O Trabalho nas Plataformas Digitais” foi realizado em parceria com a Unicamp, na modalidade telepresencial, no período de 02 de junho a 7 de julho, e resultou na emissão de 57 certificados de conclusão.

13- SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REPRESSÃO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE TRÁFICO DE PESSOAS



O Seminário de “Seminário Internacional sobre Repressão e na Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas” foi realizado presencialmente, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, e resultou na emissão de 24 certificados de conclusão.

14- SISTEMAS PARA PESQUISA DE BENS E PESSOAS



O Curso de Formação Continuada “Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 10 de julho a 23 de agosto, e resultou na emissão de 199 certificados de conclusão.

15- SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO DECENTE



O Seminário Internacional sobre “Trabalho Decente” foi realizado presencialmente e telepresencialmente, no período de 1º a 3 de agosto, e resultou na emissão de 130 certificados de conclusão.

16- O INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA



O Curso de Formação Continuada “O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 7 de agosto a 20 de setembro, e resultou na emissão de 200 certificados de conclusão.

17- SEMINÁRIO SOBRE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - ASPECTOS PRÁTICOS E DESAFIOS (PARCEIRA MPT)

SEMINÁRIO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL: Aspectos práticos e desafios

24 de agosto | Das 14h às 18h30

Organização:



Apoio:



O Seminário sobre “Aprendizagem Profissional: Aspectos Práticos e Desafios” foi realizado em parceria com o Ministério Público do Trabalho, na modalidade telepresencial, no dia 24 de agosto, e resultou na emissão de 18 certificados de conclusão.

18- SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO PLATAFORMIZADO E A PRESERVAÇÃO DO HUMANISMO NA SOCIEDADE DIGITAL



O Seminário Internacional sobre “Trabalho Plataformizado e a Preservação do Humanismo na Sociedade Digital” foi realizado na modalidade presencial e telepresencial, nos dias 5 e 6 de setembro, e resultou na emissão de 78 certificados de conclusão.

19- INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO NA INTERFACE ENTRE O ANALÓGICO E O DIGITAL



O Curso de Formação Continuada “Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 28 de agosto a 11 de outubro, e resultou na emissão de 208 certificados de conclusão.

20- WEBCONFERÊNCIA TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E SAÚDE MENTAL



A Webconferência “Trabalho na Contemporaneidade e Saúde Mental” foi realizada na modalidade telepresencial, no dia 12 de setembro, e resultou na emissão de 22 certificados de conclusão.

21- SEMINÁRIO CAPACITISMO E INTERSECCIONALIDADE: EXPERIÊNCIAS ESPECÍFICAS, DESAFIOS COLETIVOS



O Seminário “Capacitismo e Interseccionalidade: Experiências Específicas, Desafios Coletivos” foi realizado na modalidade presencial e telepresencial, nos dias 19 e 20 de setembro, e resultou na emissão de 34 certificados de conclusão.

22- SEMINÁRIO DE TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO – VER O INVISÍVEL



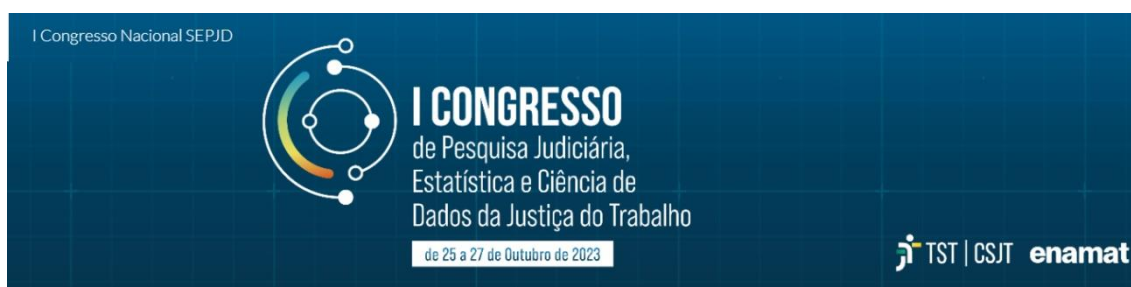
O Seminário de “Trabalho Doméstico e de Cuidado – Ver o Invisível” foi realizado na modalidade presencial e telepresencial, no dia 4 de outubro, e resultou na emissão de 19 certificados de conclusão.

23- VI CONGRESSO BRASILEIRO DOS ARQUIVOS DO PODER JUDICIÁRIO



O “VI Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário” foi realizado na modalidade presencial e telepresencial, nos dias 19 e 20 de outubro, e resultou na emissão de 21 certificados de conclusão.

24- I CONGRESSO DE PESQUISA JUDICIÁRIA, ESTATÍSTICA E CIÊNCIA DE DADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO



O “I Congresso de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho” foi realizado na modalidade presencial e telepresencial, nos dias 25 a 27 de outubro. A emissão dos certificados está pendente da conclusão da avaliação de aprendizagem, ainda em andamento.

25- O DIREITO DO TRABALHO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS



O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais

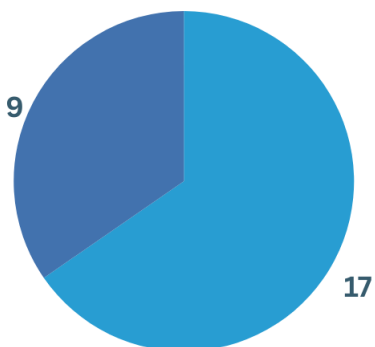
O Curso de Formação Continuada “O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 2 de outubro a 15 de novembro, e resultou na emissão de 110 certificados de conclusão.

26- DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO



O Curso de Formação Continuada “O Direito Constitucional do Trabalho” está sendo realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle. O curso teve início no dia 23 de outubro e seu término está previsto para o dia 6 de dezembro.

CURSOS REALIZADOS

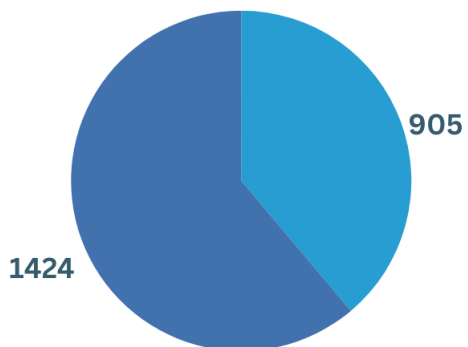


CFC

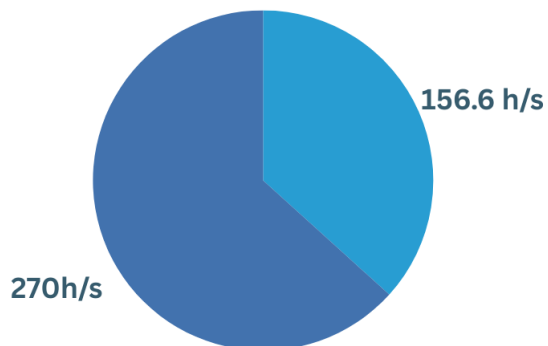
Curso de Formação Continuada



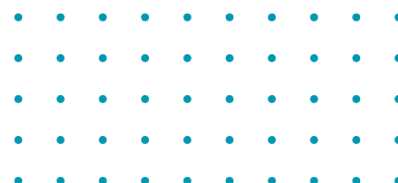
CERTIFICADOS EMITIDOS



CARGA HORARIA

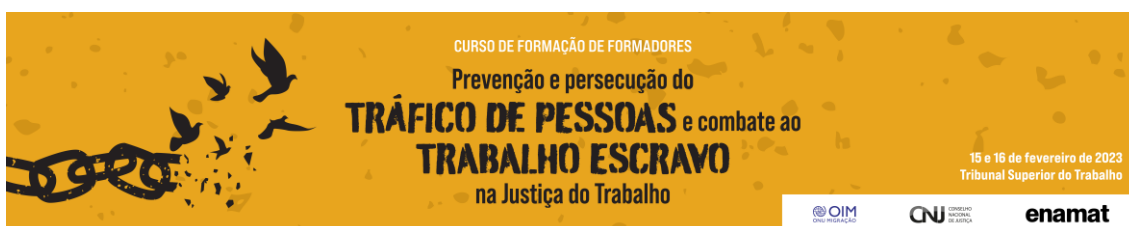


- Cursos Presenciais/ Telepresenciais
- Cursos à Distância



➤ **Cursos de Formação de Formadores em 2023:**

1- PREVENÇÃO E PERSECUÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NA JUSTIÇA DO TRABALHO



O Curso de Formação de Formadores “Prevenção e Persecução do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo na Justiça do Trabalho” foi realizado presencialmente, nos dias 15 e 16 de fevereiro, e resultou na emissão de 20 certificados de conclusão.

2- JUSTIÇA E PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS NORMATIVOS, INSTITUCIONAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O Curso de Formação de Formadores “Justiça e Primeira Infância: Avanços Normativos, Institucionais e Desafios Contemporâneos”, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, foi realizado na modalidade à distância, no período de 10 de maio a 7 de junho, e resultou na emissão de 2 certificados de conclusão.

3- POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, DO ASSÉDIO E DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO



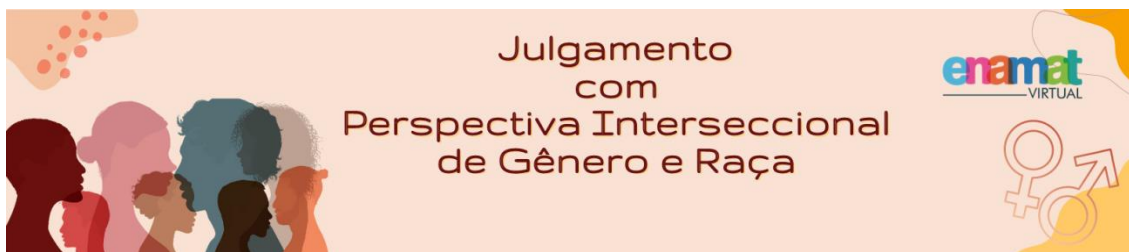
O Curso de Formação de Formadores “Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação” foi realizado presencialmente, no dia 17 de maio, e resultou na emissão de 19 certificados de conclusão.

4- O DIREITO DO TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS



O Curso de Formação de Formadores “O Direito do Trabalho nas Plataformas Digitais” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 10 de julho a 23 de agosto, e resultou na emissão de 28 certificados de conclusão.

5- JULGAMENTO COM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE GÊNERO E RAÇA



O Curso de Formação de Formadores “Julgamento com Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 07 de agosto a 27 de agosto, e resultou na emissão de 61 certificados de conclusão.

6- LETRAMENTO RACIAL - REEDUCAR PARA CONSTRUIR



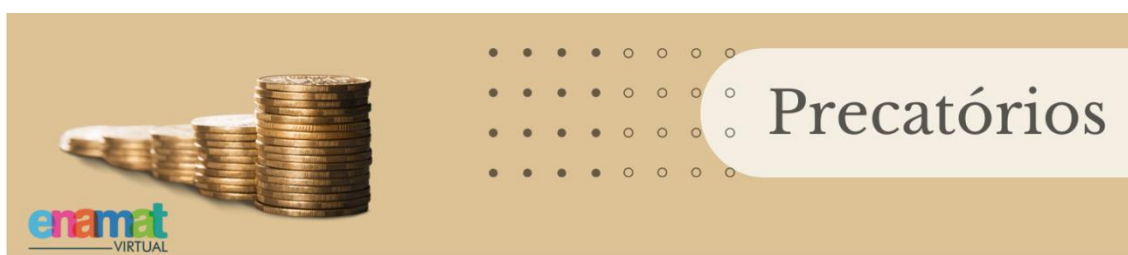
O Curso de Formação de Formadores "Letramento Racial – reeducar para construir" teve sua abertura presencial em 8 de agosto, seguido por cinco encontros (16 de agosto, 5 de setembro, 3 e 18 de outubro, e 4 de novembro). A apresentação teatral "Para meu amigo Branco" marcou o encerramento no dia 21 de novembro. A emissão dos certificados está pendente da conclusão da avaliação de aprendizagem, ainda em andamento.

7- DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO



O Curso de Formação de Formadores “Direito Constitucional do Trabalho” foi realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle, no período de 21 de agosto a 4 de outubro, e resultou na emissão de 21 certificados de conclusão.

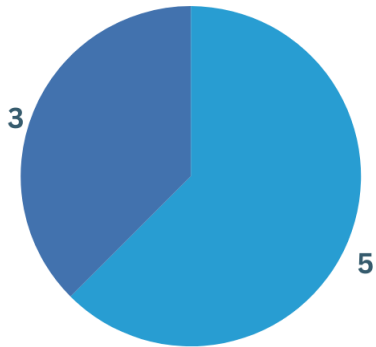
8- PRECATÓRIOS



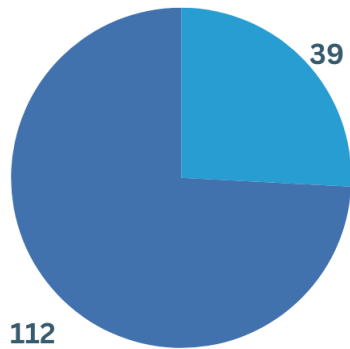
O Curso de Formador de Formadores sobre “Precatórios” está sendo realizado na modalidade à distância, pela plataforma moodle. O curso teve início dia 13 de novembro e seu término está previsto para o dia 13 de dezembro.



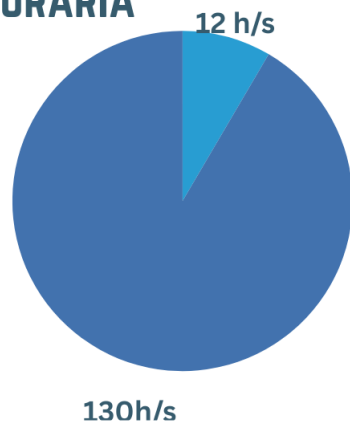
CURSOS REALIZADOS



CERTIFICADOS EMITIDOS



CARGA HORARIA

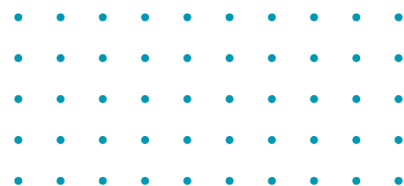


CFF

Curso de Formação de Formadores



- Cursos Presenciais/ Telepresenciais
- Cursos à Distância



IV - PESQUISA

4.1 – A institucionalização do Projeto “Coleção Estudos ENAMAT”, que já conta com sete livros publicados. Trata-se de uma iniciativa que potencializa a formação da magistratura, com objetivo de contribuir para a paz e a justiça social, ao tempo em que estimula a produção de subsídios imprescindíveis à efetividade da missão de importantes programas institucionais, como o Trabalho Seguro, o Combate ao Trabalho Infantil e Incentivo à Aprendizagem, a Comissão Nacional de Efetividade da Execução, o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante e o programa de Equidade, Raça, Gênero e Diversidade. Vinculado ao Programa Nacional de Pesquisa da ENAMAT (“ENAMAT Pesquisa”), a Coleção Estudos ENAMAT veio a merecer institucionalização normativa através do §2º, do art. 74, da Resolução ENAMAT 28/2022¹, no qual prevê que a Coleção se volta ao estímulo da *“cooperação entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e os Órgãos, Colegiados e Programas permanentes instituídos no âmbito do Poder Judiciário que congreguem, dentre seus objetivos, a promoção do diálogo social, dentro e fora da magistratura trabalhista”*. O projeto já conta com sete livros publicados, a saber:

¹ Redação dada pela Resolução ENAMAT n.º 33, de 14 de junho de 2023.

a) Volume I, coordenado pela ENAMAT, com o título “Direitos Humanos Sociais e Relações de Trabalho”;



b) Volume II, coordenado pela ENAMAT, junto ao Programa Trabalho Seguro – PTS, com o título “Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho: Percursos para a Efetividade do Trabalho Decente”;



c) Volume III, coordenado pela ENAMAT, junto à Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista – CNEET, com o título “A Efetividade da Execução Trabalhista”;



d) Volume IV, coordenado pela ENAMAT, junto ao Fórum Nacional para o Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – Fontet, do CNJ) e ao Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, com o título “A Justiça do Trabalho e a Erradicação do Trabalho Forçado, da Escravidão de qualquer natureza e do Tráfico de Pessoas”;



e) Volume V, coordenado pela ENAMAT, junto ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, com o título “Uma Prioridade Absoluta: a Erradicação do Trabalho Infantil, o Incentivo à Aprendizagem e a Proteção à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente na Justiça do Trabalho”;



f) Volume VI, coordenado pela ENAMAT junto ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, Fórum Nacional da Infância e da Juventude – Foninj/ CNJ), Justiça Restaurativa/CNJ e ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, com o título “Trabalho e restrição de liberdade: fronteiras entre a restauração da dignidade e a exploração da indignidade”;



g) Volume VII, coordenado pela ENAMAT junto à Presidência e as Ministras do Tribunal Superior do Trabalho – TST, com o título “Interseccionalidade, gênero e raça e a Justiça do Trabalho”;



Até o sétimo volume, lançado em 22 de novembro, 178 autores participaram do projeto “Coleção Estudos ENAMAT”. Desses autores, destacamos a participação de noventa e oito mulheres e oitenta homens, o que representa 55% de participação feminina. Quanto à formação acadêmica dos autores, 83% possuem a titulação de mestre e doutor. Foram escritos 152 artigos. São mais de 4000 páginas sobre questões de alta relevância social. Toda a coleção está disponível na página eletrônica da ENAMAT, sendo que o número de downloads das obras do primeiro ao sétimo volume já ultrapassa a marca de três mil.

4.2 – A realização da última etapa da pesquisa de memória da ENAMAT. Tal projeto, iniciado ainda na gestão 2022, sob a Direção do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, foi inserido no bojo da Cooperação Técnica Internacional BRA/19/008, firmada entre a ENAMAT, o Tribunal Superior do Trabalho – TST, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Por meio da análise dos relatórios anuais de atividades e de entrevistas, a pesquisa contempla um acervo de documentos e de depoimentos gravados (em áudio e vídeo), contribuindo, desse modo, para o registro histórico da memória dessa que representa a primeira escola judicial instituída junto a um Tribunal Superior.

4.3 – A estruturação de termo de referência para a contratação de pesquisas empíricas em eixos temáticos destinadas a ampliar o conhecimento a respeito de temas fundamentais para a formação e o aperfeiçoamento das magistradas e magistrados do trabalho e sobre a jurisdição trabalhista no Brasil. O termo de referência visa a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, e de fundações de apoio à pesquisa vinculadas às instituições sem fins lucrativos para a execução de pesquisa.

4.4 – Estatísticas Preliminares da Publicação da Coleção Estudos ENAMAT (por autor /autora)

Tabelas de Gênero

Homens	Mulheres
80 (45%)	98 (55%)

	Homens	Mulheres
Magistrados	51 (29%)	50 (28%)
Não-magistrados	29 (16%)	48 (27%)
Total	80 (45%)	98 (55%)

Tabelas de Gênero/Qualificação acadêmica

	Homens	Mulheres	Total
Ensino Superior	6 (3%)	5 (3%)	11 (6%)
Mestre	23 (13%)	43 (24%)	66 (37%)
Doutor	26 (15%)	28 (16%)	54 (31%)
Pós- doutor	14 (8%)	12 (7%)	26 (15%)
Pós-graduado/ Especialista	11 (6%)	10 (5%)	21 (11%)
Total	80 (45%)	98 (55%)	178 (100%)

V - ORÇAMENTO

5.1 – Em 2023, com a aprovação do Orçamento Geral da União pela Lei n.º 14.535/2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro, foram assegurados os recursos do Plano Orçamentário 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – para realizar o conjunto das atividades que estavam previstas para o exercício e dar continuidade ao ciclo de estudos e pesquisas com vistas a ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a administração, gestão e condições de acesso à Justiça.

Foi destinado, em 2023, à ENAMAT o valor total R\$ 7.975.266,60 para a execução de suas ações, sendo o total dos recursos referentes às despesas correntes, não havendo, inicialmente, destinação às despesas de capital.

Os recursos orçamentários disponibilizados à ENAMAT no exercício de 2023 possibilitaram a sua atuação em três linhas distintas. A primeira delas diz respeito a sua área acadêmica, onde foi possível viabilizar a realização de Cursos Formação Continuada - CFC e de Formação de Formadores - CFF, quando foram abordados vários temas de interesse dos Magistrados em sua atuação como principais agentes da Justiça do Trabalho. Na segunda linha tivemos o envio de recursos orçamentários para as Escolas Judiciais, a fim de viabilizar/incrementar a realização de atividades formativas locais.

Os gastos programados para o período abordado pelo presente relatório, cuja administração foi exercida pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Mauricio Godinho Delgado, teve um excelente nível de execução, viabilizando a realização de todas as atividades planejadas pela administração, incluindo outras que não estavam inicialmente prevista, mas que tiveram grande repercussão na atividade desenvolvida pelos magistrados.

A pesquisa, por sua vez, não teve a aplicação direta dos recursos previstos em novas ações de estudos indicados pela Administração da ENAMAT. Suas ações se voltaram para a divulgação, por meio da impressão de livros,

dos materiais desenvolvidos nas diversas temáticas de interesse atual dos magistrados do Trabalho e suas respectivas áreas de atuação.

As atividades formativas da ENAMAT já alcançaram, no período indicado, mais de 3.700 magistrados do trabalho, em cursos que já foram concluídos e outros que estão em andamento.

Curso de Formação Continuada - 2023	PERÍODO	Nº de ALUNOS INSCRITOS
CFC - Direito Coletivo do Trabalho	30 de janeiro a 15 de março	248
CFC - Controle de Convencionalidade	27 de fevereiro a 12 de abril	161
Seminário Internacional Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a efetividade da Justiça Social	2 e 3 de março	259
Seminário (Re)Pensando Gênero a partir das Conveções da OIT e Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	15 e 16 de março	127
CFC - Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho	27 de março a 10 de maio	303
CFC - Seminário Trabalho digno em frigoríficos – Comemoração de 10 anos da Norma Regulamentadora 36	19 e 20 de abril	7
CFC - O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências	24 de abril a 7 de junho	173
CFC - Democracia e Meio Ambiente do Trabalho	25 de abril	78
CFC - Seminário CLT 80 Anos: Dignidade e Justiça Social	4 de maio	151
CFC - Impactos dos Assédios na Saúde Mental	17 de maio	42
CFC – Seminário sobre Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista	30 e 31 de maio	132
CFC - O trabalho nas plataformas digitais (UNICAMP)	2 de junho a 7 de julho	133
CFC – Seminário de Intercâmbio de boas práticas: Experiências Internacionais na Repressão e na Assistência às Vítimas de Tráfico de Pessoas	31 de julho e 1º de agosto	28
CFC - Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas	10 de julho a 23 de agosto	252
CFC – Seminário sobre Trabalho Decente	1º a 3 de agosto	182
CFC - O Instituto da Desconsideração da PJ na Execução Trabalhista	7 de agosto a 20 de setembro	251

CFC - Seminário sobre Aprendizagem Profissional - Aspectos Práticos e Desafios (MPT)	24 de agosto	51
CFC – Seminário Internacional Trabalho Plataformizado e a Preservação do Humanismo na Sociedade Digital	5 e 6 de setembro	135
CFC - Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital	28 de agosto a 11 de outubro	253
CFC - Webconferência Trabalho na contemporaneidade e saúde mental	12 de setembro	66
CFC – Seminário Capacitismo e Interseccionalidade: Experiências Específicas, Desafios Coletivos	19 e 20 de setembro	51
CFC – Ver o Invisível – Seminário de Trabalho Doméstico e de Cuidado	4 de outubro	38
CFC – VI Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário	19 e 20 de outubro	30
CFC – 1º Congresso de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho	25 e 27 de outubro	38
CFC - O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais	2 de outubro a 15 de novembro	150
CFC - Direito Constitucional do Trabalho	23 de outubro a 6 de dezembro	165

Curso de Formação de Formadores - 2023	PERÍODO	Nº de ALUNOS INSCRITOS
CFF - Prevenção e Persecução do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo na Justiça do Trabalho	15 e 16 de fevereiro	24
CFC - Justiça e Primeira Infância: avanços normativos, institucionais e desafios contemporâneos (Convênio com ENFAM)	10 de maio a 07 de junho	4
CFF - Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação	17 de maio	28
CFF - O Direito do Trabalho nas Plataformas Digitais	10 de julho a 23 de agosto	30
CFF - Julgamento com Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça	7 de agosto a 27 de setembro	65
CFF - Letramento Racial - Reeducar para Construir	8 de agosto, 16 de agosto, 5 setembro, 3 de outubro, 4 de novembro e 21 de novembro	54
CFF - Direito Constitucional do Trabalho	21 de agosto a 4 de outubro	21

A meta física estabelecida no orçamento destinado à ENAMAT no exercício de 2023 previu, para todo o período, a formação em todos os níveis de atuação de 3.216 magistrados. O atendimento a mais de 3.700 Juízes inscritos em nossas atividades formativas demonstra a efetividade da execução orçamentária. Ressalta-se que a ENAMAT realizou as atividades presenciais, contando com a participação de um número crescente de magistrados, e deu continuidade no ensino a distância e telepresencial, que possui um custo bem inferior ao presencial, o que viabilizou uma economia razoável dos recursos disponibilizados.

A gestão do orçamento da ENAMAT viabilizou, ainda, a realização de seu papel de coordenação nacional das atividades de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados no âmbito do sistema composto pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, autorizando a execução de R\$ 519.862,80 de seu orçamento de forma descentralizada.

5.2 – Tabela Resumo da Execução Orçamentária

Demonstra-se, abaixo, o panorama da execução orçamentária da ENAMAT no exercício de 2023:

Especificação	Dotação Orçamentária* (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesa Executada	Percentual de utilização do recurso
Despesas Correntes	7.015.395,20	.6.088.269,68	5.133.537,61	86,8%
Despesas de Capital		-	-	-
TOTAL	7.015.395,20	.6.088.269,68	5.133.537,61	86,8%



Escola Nacional de Formação
e Aperfeiçoamento de
Magistrados do Trabalho

Edição:

Bruno Alves Rodrigues - Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT
Cristiane Rosa Pitombo - Coordenadora de Formação da ENAMAT
Bruna Rosolen - Assistente da Coordenadoria de Formação da ENAMAT